

A INCLUSÃO DO ENSINO DE LIBRAS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

INCLUSION OF LIBRAS EDUCATION IN THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIAS

GOMES, Divino Ronigrei da Costa¹

JESUS, Vilson Luiz²

RESUMO

A acessibilidade é um meio de inclusão social. Este fato compromete a qualidade de prestação de serviços de várias profissões pois em sua maioria funcionários não são capacitados para manter um diálogo com pessoas que apresentam deficiência auditiva. Neste contexto, este trabalho teve por objetivo realizar uma pesquisa por meio de questionário com o intuito de conscientizar sobre a comunicação entre policiais militares e pessoas com deficiência auditiva. Os policiais que participaram da pesquisa ao responder o questionário, todos informaram que conhecem LIBRAS, contudo 94,6% não sabem se comunicar por meio de LIBRAS. Dos pesquisados somente 4,8% convivem com uma pessoa portadora de deficiência auditiva sendo que 65,7% dos policiais que responderam já participaram de uma abordagem a uma pessoa surda e 16,1% não conseguiram comunicar. Destes policiais 45,2% utilizam LIBRAS com dificuldade. Na pesquisa 30,6% não utilizaram o POP e 16,1% não conseguiram se comunicar de forma alguma. Contudo 85,1% dos pesquisados acham importante adicionar o ensino de LIBRAS na formação policial, e 77,2% destes apresentam interesse em aprender. A adoção do ensino de LIBRAS para os militares humaniza o atendimento destes à população além de fazer com que os atendimentos e abordagens sejam eficientes. A capacitação da Polícia Militar do Estado de Goiás irá melhorar os serviços prestados pelo Estado à população, pois uma população que se sente incluída principalmente quando essa inclusão é advinda do Setor Público.

Palavras-chave: Deficiência Auditiva. LIBRAS. Polícia Militar. Inclusão.

ABSTRACT

Accessibility is a means of social inclusion. This fact compromises the quality of service rendering of several professions since most employees are not able to maintain a dialogue with people who are deficient in hearing. In this context, this work had the objective of conducting a research through an interview with the intention of raising awareness about the communication between military police and people with hearing impairment. The police who participated in the survey when answering the questionnaire, all informed that they know LIBRAS, however 94.6% do not know how to communicate through LIBRAS. Of the researched, only 4.8% live with a person with hearing impairment and 65, 7% of the police who responded already participated in an approach to a deaf person and 16.1% could not communicate. Of these policemen 45.2% use LIBRAS with difficulty. In the survey 30.6% did not use POPs and 16.1% could not communicate in any way. However, 85.1% of the researched consider it important to add the teaching of LIBRAS to police training, and 77.2% of them are interested in learning. The adoption of the LIBRAS teaching for the military humanizes the attendance of these to the population, besides making the attendances and approaches efficient. The training of the Military Police of the State of Goiás will improve the services provided by the State to the population, since a population that feels included mainly when this inclusion comes from the Public Sector.

Keywords: Hearing Impairment. LIBRAS. Military Police. Inclusion.

¹ 3º Sargento PM aluno do Curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, divinobrt@gmail.com; Goiânia-Go, Março de 2019.

² Professor orientador: Especialista, professor dos Cursos de Formação de Praças Policiais Militares e Estágios de Adaptação de Sargentos e Cabos do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, vilsonlj@gmail.com, Goiânia-GO, Março de 2019.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de conceitos, conhecimentos, hábitos e atitudes são produtos indispensáveis para o desenvolvimento humano na sociedade. Sendo assim o esforço deve ser conjunto para desenvolver habilidades e competências.

Este trabalho versa sobre a importância de ensinar LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás. Neste aspecto, a pesquisa abordará as necessidades de melhorar a comunicação e expressão entre policiais militares e pessoas com deficiência auditiva. Neste contexto, o trabalho avalia as Práticas da Polícia Militar, durante a abordagem ao indivíduo, percebendo a eficácia e consequentemente a qualidade na segurança através da comunicação.

A pesquisa em questão é direcionada à Polícia Militar do Estado de Goiás, observando as necessidades de melhorar a comunicação e a expressão entre pessoas ouvintes (policiais militares) e surdas após a Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002.

Para melhorar a comunicação entre policiais militares e pessoas surdas, torna-se necessário introduzir o estudo de LIBRAS, como requisito para a formação do policial, uma vez que é de obrigação de toda a sociedade conviver eticamente com pessoas portadoras de deficiência auditiva, podendo ser adotadas medidas para dar a essas pessoas, maior sensação de segurança cada vez que precisar dos serviços prestados pela Polícia Militar do Estado de Goiás. É mister ressaltar que a formação e o aperfeiçoamento, é uma experiência que tem suas limitações, nem todos os policiais atuam como emancipadores e se comprometem com a proposta inclusiva, mas participam. No entanto, para se obter sucesso, o envolvimento e dedicação de todos é imprescindível, uma vez que a Polícia Militar, é uma instituição em que a corporação segue uma tradição de anos no que diz respeito à formação de policiais, o que torna a capacitação do policial militar fundamental para está entre a sociedade e os portadores de deficiência auditiva.

Sabendo da necessidade de aproximar a instituição Polícia Militar do Estado de Goiás às pessoas da sociedade, tentando assim, prestar um serviço de melhor qualidade e considerando que a partir da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002 que torna a LIBRAS a segunda língua adotada no Brasil, torna-se este tipo de comunicação uma obrigação para os brasileiros e que, de acordo com o art. 3º desta mesma Lei, as instituições públicas são obrigadas a fazerem o atendimento adequado às pessoas com deficiências auditivas. Sendo a Polícia Militar uma destas instituições, cabe então a qualificação dos profissionais militares para a boa prestação do serviço à sociedade, contribuindo no bem-estar social de todos.

A investigação do problema visa também produzir conhecimento de valor científico com a finalidade de contribuir para a transformação no relacionamento entre policiais militares e pessoas surdas, somando forças em busca da redução da criminalidade, bem como ter um material disponível a futuros pesquisadores. A pesquisa será bibliográfica e ilustrativa com situações reais. A análise será descritiva.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa por meio de questionário com o intuito de conscientizar policiais militares sobre a comunicação entre eles e pessoas com deficiência auditiva, sem causar prejuízos no curso de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás, proporcionado aos alunos o conhecimento da história da educação e cultura dos surdos e o ensinamento sobre a gramática da língua de sinais utilizando-a de forma estruturada.

2. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Abaurre e Pontara (2013) o conceito de língua pode ser entendido como um sistema de representação socialmente construído. Ou seja, língua é o sistema constituído por palavras e por regras gramaticais que permitem a construção de frases e que é usado como meio de comunicação pelos membros de uma mesma comunidade linguística.

LIBRAS é a língua de sinais utilizada pela maioria dos deficientes auditivos dos centros urbanos brasileiros e é reconhecida por lei. Embora não existam relatos específicos sobre a origem da Língua de Sinais, é possível prever o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França onde foi fundada a primeira escola pública para surdos. No Brasil a LIBRAS começou a ganhar espaço a partir de 1857 quando o Imperador Dom Pedro II convidou o professor surdo francês Ernest Huet para ensinar alguns surdos nobres, criando assim o primeiro espaço destinado à educação de surdos no país. A partir de então pode ser criada a LIBRAS que se originou da Língua de Sinais Francesa e das muitas formas de comunicação utilizadas pelos surdos de várias partes do mundo (ABAURRE E PONTARA; 2013).

Fernandes (1998) afirma que a Língua de Sinais, é uma língua natural, com organização em todos os níveis gramaticais, prestando-se às mesmas funções das línguas orais. Sua formação é realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua concepção é completada por meio da visão. O importante em sinais é evidenciar informações, ou seja, reestruturar o conteúdo visual da informação, já que, os surdos lidam com memória visual. O deficiente auditivo, por meio da Língua de Sinais, tem a possibilidade de desenvolver integralmente todas as suas habilidades cognitivas, emocionais e afetivas viabilizando sua interação e inclusão na sociedade. Além de que, a aplicação de LIBRAS facilita a comunicabilidade entre os surdos,

que passam a se conceber como uma coletividade que tem aspectos comuns e por isso devem ser asseguradas como tal, promovendo assim a efetiva inclusão social.

LIBRAS é um modo de se garantir a interação e a socialização do deficiente auditivo na sociedade, além disso ainda contribui para a valorização e engrandecimento da cultura surda. Cabe ainda ressaltar que a utilização da língua facilita a comunicação entre surdos e propicia ainda uma melhor compreensão entre surdos e ouvintes. Por esta razão é importante que, tão logo seja diagnosticada a surdez, seja estabelecida a Língua de Sinais como forma de comunicação, pois deste modo poderão desde cedo estabelecer comunicação com os ouvintes, além de compreenderem, assimilarem e se apoderarem dos conhecimentos cognitivos, emocionais e afetivos (Fernandes, 1998).

Hoje conhecida como língua de sinais, no caso do Brasil, como LIBRAS é a forma de comunicação entre as pessoas portadoras de deficiência auditiva e a sociedade em que estão inseridas. No entanto, é primordial que esteja em consonância com os seguimentos da sociedade com a finalidade de promover a igualdade e cidadania. Embora esse panorama venha se modificando, com a conscientização, e orientação de especialistas no assunto, há ainda muito a ser feito para que seja real. (TJDFT, 2017).

Segundo Rinaldi (1997), a luta pela inclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais, no Brasil tem sido um desafio. As dificuldades encontradas pelos deficientes auditivos, em especial, ultrapassam todas as situações, percebem-se cada vez mais as possibilidades desse segmento social, e a necessidade de um redirecionamento que favoreça o seu desenvolvimento global, o seu preparo para o trabalho e sua inserção social.

Esta pesquisa se firma nos pressupostos que norteiam a prática da LIBRAS e as bases que a fundamentam. De acordo com Rinaldi (1997) a história da origem e evolução de cada língua de sinais está ligada a história da educação da comunidade surda sinalizadora nativa dessa língua. Sua evolução está ligada a muitas lutas para chegar a ser reconhecida como língua oficial no Brasil, pois inicialmente fora criticada por educadores, que argumentavam ser apenas mímicas insignificantes. Com o passar dos anos e muitos esforços, a língua de sinais no Brasil passou a ser uma das línguas oficiais inserida em todos os setores da sociedade. Daí a necessidade da mediação dos intérpretes de línguas de sinais em um número infinito de contextos e situações do cotidiano dessas pessoas.

O surdo adulto ainda encontra dificuldades em ser aceito no mercado de trabalho, uma vez que suas reais potencialidades ainda não são reconhecidas por falta de informações e pelo preconceito relativo aos portadores de deficiência (RINALDI, 1997, p. 145).

No Brasil, o fato de fazerem uso da LIBRAS e não do Português Sinalizado, como acontecia até o fim da década de noventa e início dos anos dois mil, indica que os intérpretes

assimilaram as ideias da mais recente abordagem educacional para surdos, o Bilinguismo (GILE, 1998). Nesse mesmo raciocínio, Toury (1995) afirma que a tradução/interpretação é um processo influenciado pelos desenvolvimentos histórico-culturais. Evidencia, também, que os intérpretes tiveram seus conceitos e práticas tradutórias atualizados por meio de um tipo de formação teórica e prática.

Segundo Kozlowski (2000), no final da década de 70, surgiu, baseado em concepções sociológicas, filosóficas e políticas, a “Proposta Bilíngue de Educação do Surdo”. Essa proposta, ou abordagem, baseia-se no reconhecimento de que o surdo vive numa condição bilíngue bicultural, ou seja, convive diariamente com duas línguas e duas culturas: língua oral e cultura ouvinte de seu país.

Reconhecendo a condição bilíngue e bicultural das pessoas com deficiência auditiva, Skliar (1997) defende que “as crianças surdas devem crescer bilíngues, que a primeira língua delas deve ser a língua de sinais e que a segunda deve ser a língua majoritária (materna), na modalidade escrita”.

A Figura 1 a seguir apresentada, contempla o alfabeto de LIBRAS utilizado para que os interpretes possam dialogar com surdos e mudos:

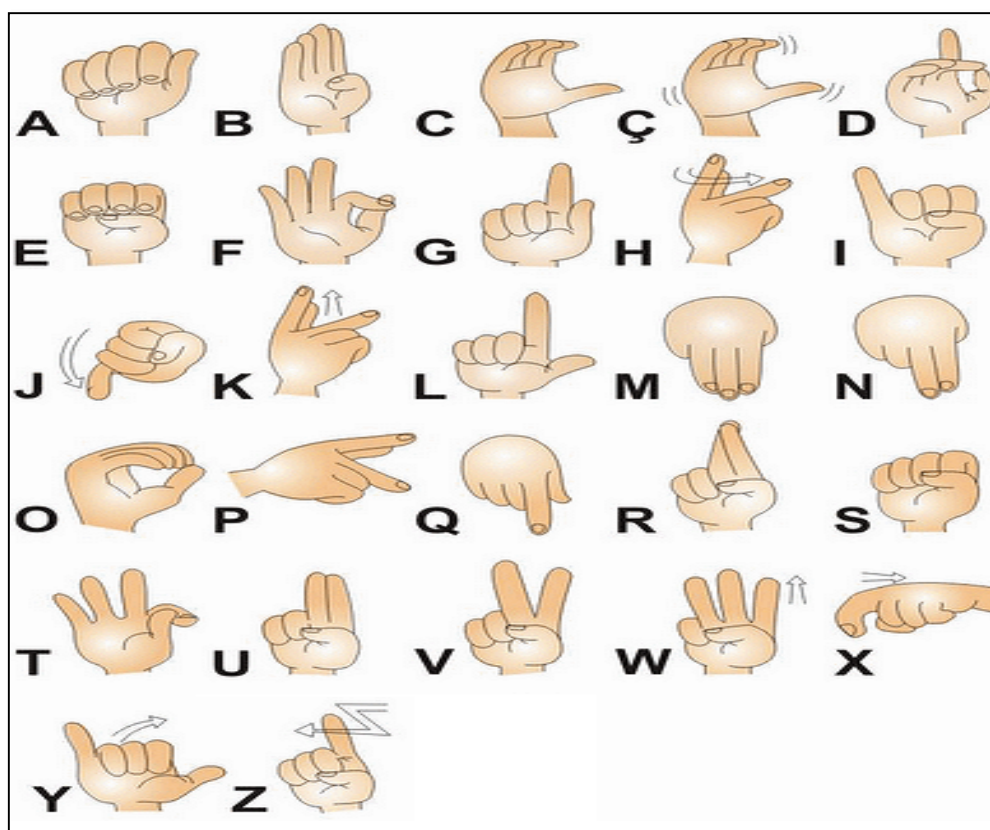


Figura 1 - Alfabeto LIBRAS Fonte: ASG/2011

Segundo Skutnabb-Kangas (1994), mesmo para as pessoas surdas, filhas de pais ouvintes, ainda que a língua de sinais não seja a sua língua de origem, geralmente é a língua com a qual elas se identificam. É a língua em que elas têm maior competência e é, também, a

língua que mais usam. De acordo com a mesma autora, uma pessoa pode ser considerada bilíngue por origem, se aprendeu as duas línguas desde pequena com falantes nativos ou usou as duas línguas como formas paralelas para se comunicar desde muito cedo. Pode ser considerada bilíngue também aquela pessoa que se identifica e é identificada pelos outros como usuária de duas línguas e tendo duas culturas ou aquela que se mostra competente nas duas línguas e ainda aquela que usa duas línguas de acordo com o seu desejo ou com as exigências da comunidade.

Skutnabb-Kangas (1994) afirma ainda que o profissional surdo tem importância significativa no processo de aquisição da língua de sinais pelas outras pessoas, uma vez que, é visto como o principal desencadeador de um ambiente linguístico que favorecerá a aquisição e o aprofundamento do conhecimento da língua de sinais. Dessa forma sua colaboração é extremamente necessária no contexto da língua de sinais.

Witkoski (2011) defende a educação para surdos em escola especial e é contra a inclusão de quem não ouve nas escolas regulares. Segundo o Ministério da Educação, de 2002 a 2010, a inclusão de estudantes surdos em turmas regulares passou de 110.704 (25%) matrículas para 484.332 (69%) e o número de escolas inclusivas cresceu de 17.164 (8%) para 85.090 (44%), nesse período.

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser empregada no desenvolvimento do presente trabalho consistiu na pesquisa científica bibliográfica com vistas a investigar as questões conceituais e práticas da dificuldade de comunicação entre pessoas ouvintes (policiais militares) e pessoas com deficiência auditivas.

A pesquisa desenvolvida foi exploratória. Segundo GIL (2002), que proporciona maior familiaridade com o problema, visando torná-lo explícito. Realizou-se uma revisão sistemática em vários bancos de dados eletrônicos. As palavras-chave foram utilizadas individualmente ou em associação: deficiência auditiva, LIBRAS, polícia militar, inclusão.

A coleta de dados foi procedida por meio de pesquisa bibliográfica (livros, revistas, jornais e documentos oficiais publicados na imprensa e disponíveis nos sites de órgãos governamentais), acrescido de informações colhidas em trabalhos já produzidos sobre o tema, cujos dados foram levantados através do acesso à rede mundial de computadores. Realizou-se pesquisa de campo com policiais militares com a finalidade de conhecer as maiores dificuldades encontradas em uma abordagem policial.

O questionário utilizado na pesquisa (ANEXO I) constituído de dez perguntas, foi realizado por meio de ferramenta de perguntas do Google Forms. Foi aplicado a 200 policiais militares lotados no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. As respostas foram tabuladas, analisadas e o resultado apresentado por meio de gráficos. O modo de pesquisa por questionário foi escolhido para que o alcance de policiais a respondê-lo atingisse o maior número possível, pois é uma metodologia de fácil acesso e resposta.

Estes profissionais foram escolhidos para participação da pesquisa visto que estão em processo de formação e aperfeiçoamento. Nesta etapa do ensino do policial militar que o ensino de Libras será inserido, portanto foi a amostra ideal para este levantamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado a 200 policiais militares lotados no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Destes, 169 policiais responderam às questões, concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento. Todos os policiais participantes da pesquisa já tinham ouvido falar da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), contudo 94,6% não sabem se comunicar por meio de LIBRAS (Figura 2). Num passado próximo as pessoas deficientes eram destacadas por possuírem características diferenciadas daquelas instituídas pela sociedade, sujeitas a discriminação e preconceitos dentro da comunidade em que vivem, passando por constrangimentos que muitas vezes poderiam ser evitados se as pessoas tivessem algum preparo para se comunicar com essas pessoas portadoras de deficiência auditiva. Muitas mudanças foram alcançadas, novos conceitos surgiram e, a partir de um novo contexto, iniciaram-se pesquisas e estudos a respeito da deficiência auditiva (Rinaldi, 1997). Para que este impecilho na comunicação dos portadores desta deficiência seja evitado, o resultado de policiais que não sabem comunicar por LIBRAS é preocupante frente a uma necessidade da sociedade goiana.

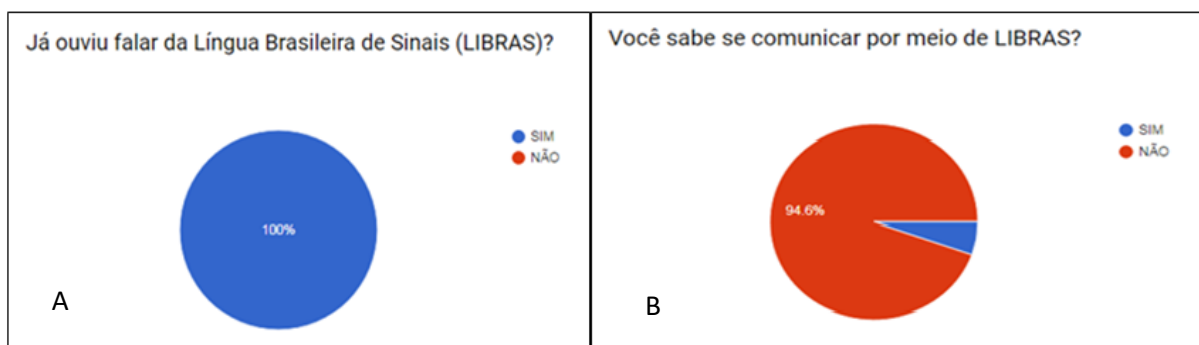


Figura 2 – Quantitativo de policiais que: A – já ouviram falar da LIBRAS e B – sabem se comunicar por LIBRAS. Fonte: Google Forms.

De acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 9,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, isto totaliza 5,1% da população do país. Ao classificar em idade verifica-se que aproximadamente um milhão são crianças e jovens até 19 anos (Amaro, 2017). Dos pesquisados somente 4,8% convivem com uma pessoa portadora de deficiência auditiva (Figura 3). Esta quantidade pequena de policiais que convivem com portadores desta deficiência reflete o tamanho da população surda no país. Contudo isto não minimiza a importância da capacitação dos policiais no aprendizado de LIBRAS, pois como observado na Figura 4; 65,7% dos policiais que responderam a pesquisa já participaram de uma abordagem a uma pessoa surda e 16,1% não conseguiram comunicar com o cidadão abordado portador da deficiência em questão.



Figura 3 – Quantitativo de policiais que convivem com portador de deficiência auditiva. Fonte: Google Forms.

Mesmo que 95,2% dos policiais pesquisados não convivem com uma pessoa surda, 34,3% dos policiais pesquisados já participaram de uma abordagem policial em que o cidadão apresentava deficiência auditiva (Figura 4A). Ao observar a Figura 4B verifica-se que nestes 34,3% somente 8,1% conseguiram se comunicar utilizando LIBRAS conforme POP. Ainda destes policiais 45,2% utilizam LIBRAS, mas apresentaram dificuldade. Parte considerável dos policiais não conseguiram realizar abordagem, sendo que 30,6% destes não utilizaram o POP e 16,1% não conseguiram se comunicar de forma alguma.

Do ponto de vista social, as dificuldades se dão em função do despreparo de funcionários públicos. O exercício da profissão de intérprete de LIBRAS requer que o profissional obedeça a normas éticas que podem variar de acordo com o contexto de atuação e com as peculiaridades do público receptor de sua interpretação. Esta realidade social demanda esforços do poder público, das associações e da sociedade em geral, no sentido de promover melhoria de vida de toda uma coletividade de forma igualitária e democrática (TOURY, 1995).

A interpretação de comunidade é a forma especializada de interpretação que acontece no setor público/administrativo, ou seja, em departamentos de polícia, de migração, centros de convivência social, hospitais, consultórios médicos, escolas, bancos, etc. Sua função é promover a comunicação entre funcionários públicos e o povo em geral. Muitas vezes se faz referência a essa área de atuação como interpretação de diálogo, de ligação ou de serviço público (RINALDI, 1997)

Apesar de ser um curso com nível de dificuldade elevada, LIBRAS é muito importante para a Polícia Militar porque ajuda na agilidade quando solicitada para atender a pessoas portadoras de deficiência auditiva. Já foram capacitadas três turmas da Polícia Militar em LIBRAS, promovido pela Escola de Governo.

Com o passar dos anos as atividades do departamento de Segurança Pública trabalha na mudança do perfil, em específico da Polícia Militar. Trouxe à tona a importância adoção em todos os segmentos sociais do esforço para promoção do bem estar coletivo e isto não parte somente da área de segurança, como também da sociedade como um todo. Ao empregar novos métodos de trabalho, é possível capacitar e qualificar os policiais para desenvolver as atividades com qualidade. Quando o grupo de vulneráveis se torna o foco, tanto de comunicação eficiente quanto de proteção, o respeito aos direitos humanos é colocado em prática. Toda prática de respeito, capacitação e inclusão é realizada dentro dos princípios da Secretaria de Segurança Pública (WITKOSKI, 2011).

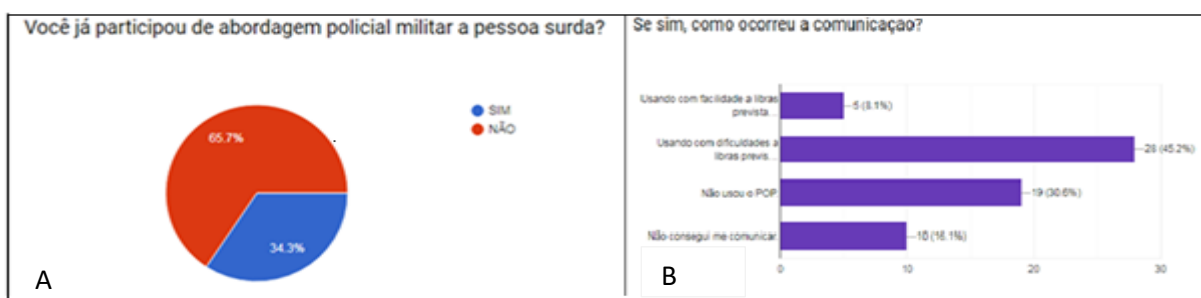


Figura 4 – Abordagem policial militar a pessoa surda: A – Policiais que participaram de abordagem a pessoa com deficiência auditiva; B – Ocorrências na abordagem policial a pessoa surda. Fonte: Google Forms.

Dos policiais pesquisados 65,7% nunca participaram de uma abordagem e afirmam que não conseguem comunicar em LIBRAS de acordo com o POP (Figura 5A). Observa-se no gráfico da Figura 5B que 39% dos policiais não saberiam aplicar LIBRAS de acordo com o POP; 40,2% saberiam, contudo teriam muita dificuldade; 19,5% saberiam aplicar LIBRAS com pouca dificuldade e somente 2% saberiam realizar uma abordagem de uma pessoa surda conforme o POP utilizando as LIBRAS.

A interação, e interpretação entre pessoas com deficiência auditiva e policiais, tanto quanto outros segmentos da sociedade, não é um processo fácil de se concretizar, sendo esse um processo lento e gradativo da aprendizagem e do desenvolvimento dos indivíduos. Os intérpretes disponibilizam-se a usar seu tempo, a fim de tornar informações importantes acessíveis ao surdo, visando seu desenvolvimento, sua integração com a Polícia Militar, e na sociedade, de um modo geral. De acordo com Rinaldi (1997), “Para o surdo, a maneira de explicar vale mais do que a própria explicação. Grande parte da informação não é compreendida.”

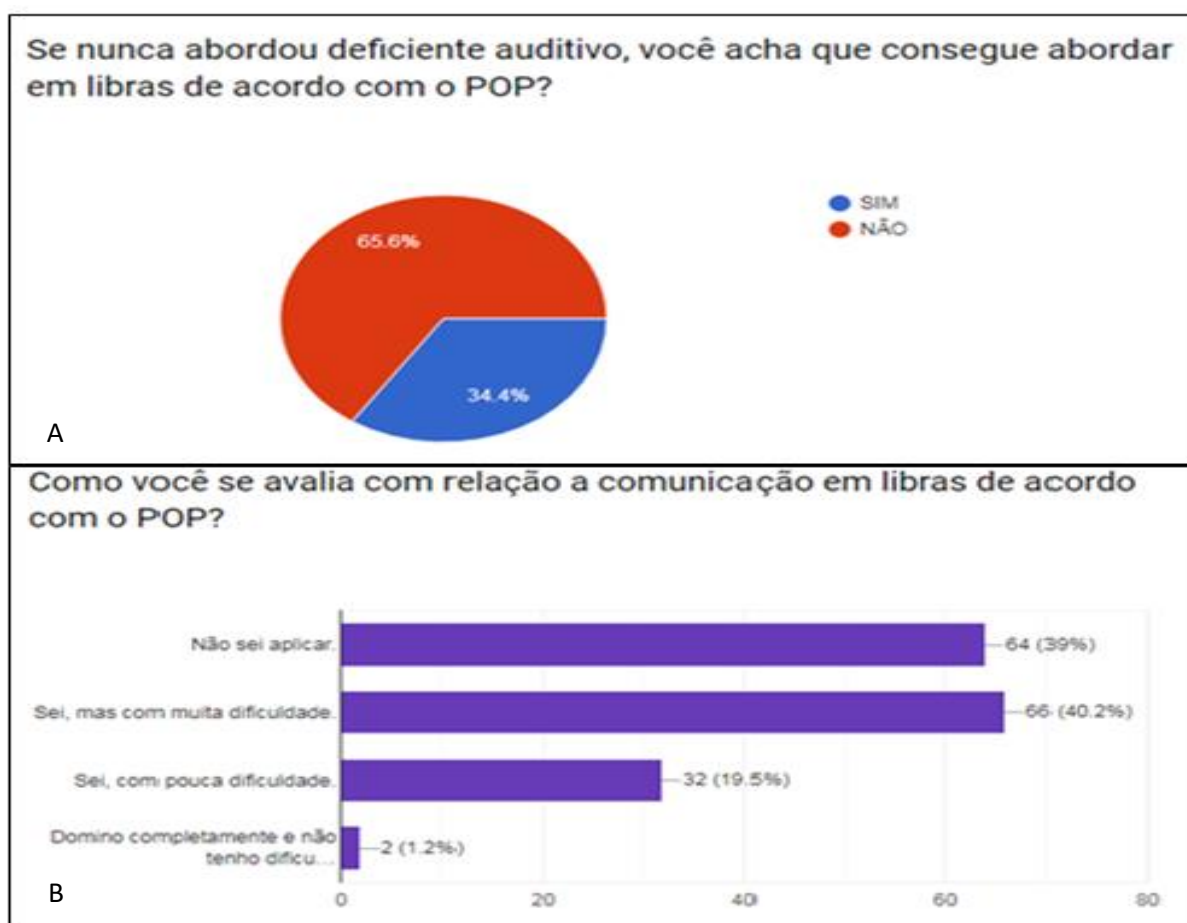


Figura 5 – Quanto à comunicação: A – Quantitativo de policiais que consegue abordar utilizando LIBRAS de acordo com POP instituído pela Polícia Militar de Goiás; B – Auto-avaliação dos policiais em relação a utilização de LIBRAS na comunicação com pessoas com deficiência auditiva. Fonte: GoolgeForms.

Dentre os policiais pesquisados 86,1% acham necessários que a Polícia Militar de Goiás invista no ensino de LIBRAS nos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais, contudo observa-se que dentre estes 8,9% não tem interesse em aprender a língua (Figura 6). Witkoski (2011) defende a educação para surdos em escola especial e é contra a inclusão de quem não ouve nas escolas regulares. Segundo o Ministério da Educação, de 2002 a 2010, a

inclusão de estudantes surdos em turmas regulares passou de 110.704 (25%) matrículas para 484.332 (69%) e o número de escolas inclusivas cresceu de 17.164 (8%) para 85.090 (44%), nesse período. Percebe-se uma crescente nos matriculados de pessoas surdas, o que demonstra a inclusão destas pessoas em ambiente educacional. Consequentemente, os portadores de deficiência auditiva estão presentes nos vários departamentos de empresas e repartições públicas, sendo assim é inevitável que o número de pessoas capacitadas para comunicar com eles cresça também.

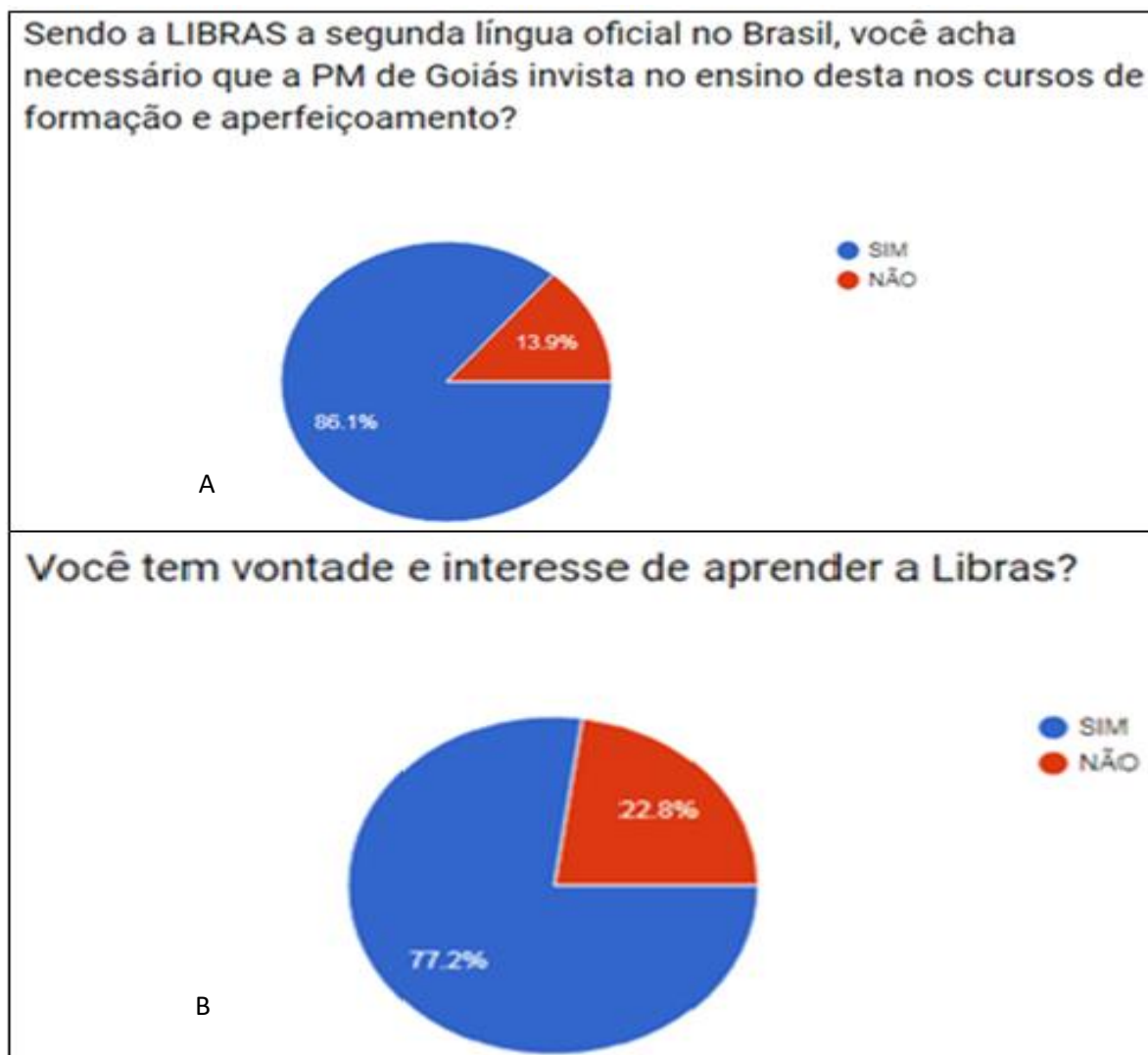


Figura 6 – Quanto ao aprendizado de LIBRAS: A – Quantitativo de policiais que acham necessários o investimento da Polícia Militar de Goiás no ensino de LIBRAS durante o curso de formação e B – Quantitativo de policias que tem intrseesse em aprender LIBRAS. Fonte: GoolgeForms.

A proposta de que toda Polícia Militar seja capacitada com qualidade na linguagem de LIBRAS, por sua vez pode sofrer resistência. É necessário ter consciência que todo aprendizado que é proposto para melhora dos serviços prestados pelo Estado é importante para qualidade destes.

Infelizmente o número de policiais que tem interesse em aprender é menor dos que acham necessário o ensino. Contudo, o número que tem vontade de aprender é considerável, dos 169 pesquisados 129 tem interesse em aprender, totalizando 77,2% dos pesquisados.

Percebeu-se que em corporações que adotaram o ensino de LIBRAS aos soldados a confiança aumentou, pois em uma abordagem em que o abordado é surdo, facilmente se identifica se é um cidadão em situação perigosa ou um criminoso, transmitindo assim segurança entre os policiais e pessoas surdas como característica principal à interação por meio da inclusão social.

A inclusão teve um avanço nos últimos anos, e em todo o país já é uma realidade, porém alguns órgãos ainda estão em fase de adaptação. É o caso da Polícia Militar do Estado de Goiás, que está refazendo suas normas, e de maneira responsável aderindo à inclusão com o objetivo de transformar o modelo de atuação no Estado, oferecendo mais segurança e confiança aos cidadãos deficientes auditivos. Para tanto é necessário uma integração na própria Polícia Militar, que até então mantém sua atuação tradicional no que diz respeito à segurança pública. Isso vem sendo mudado a partir da nova conjuntura das leis que ampara esses pressupostos da deficiência auditiva, como de qualquer outra pessoa considerada “normal”, parceria das instituições, com o intuito de assegurar qualidade de comunicação entre as pessoas, tanto no que diz respeito a abordagem, quanto à agilidade na segurança dessas pessoas (RINALDI,1997).

Para a capacitação da Polícia Militar do estado de Goiás, em LIBRAS, é de importância que os policiais se interajam com pessoas portadoras de deficiência auditiva para que possam ter experiências que os levem ao bom desempenho e exerçam com exatidão quando preciso. Para tanto, é necessário que seja inserido no currículo do curso de formação e ou aperfeiçoamento de policiais militares, a LIBRAS, para que ao saírem formados do CAPM, os policiais estejam prontos e capacitados para lidar com situações que envolvam deficientes auditivos sem constrangimentos.

Ao capacitar policiais militares a inclusão será imediata com a população que apresenta este tipo de deficiência. A interação da Polícia Militar com a população representa um grande aliado no combate à infrações de qualquer magnitude pois, quando a população se sente parte, ela responde com cooperação. É necessária a capacitação do aprendizado de LIBRAS por parte de policiais não somente no uso de apreensões e represália ao crime, como também levar a inclusão de civis que precisam de proteção e atenção por parte da Segurança Pública e que é portador de algum tipo de deficiência auditiva transmitindo segurança na comunicação entre estes. Sendo assim, o curso é ferramenta importante do atendimento de

qualidade, fazendo que seja possível atender de forma ilimitada às pessoas, portadoras ou não de deficiência.

5. CONCLUSÃO

Considerando a necessidade de levar profissionais da Polícia Militar do Estado de Goiás a uma formação completa e especializada, numa doutrina humana, surge a necessidade de capacitá-los na língua de sinais. Assim, a realização da presente pesquisa pode-se observar que para melhorar a comunicação entre policiais militares e pessoas surdas, é necessário a introdução de LIBRAS, como requisito para a formação do policial, pois a taxa de policiais que não conseguem se comunicar com um portador de deficiência auditiva é considerável pois 91,9% dos policiais pesquisados, ao participar de uma abordagem a uma pessoa surda, encontrou dificuldades ou não conseguiram se comunicar. Uma vez que é de obrigação de toda a sociedade conviver eticamente com pessoas portadoras de deficiência auditiva, podendo ser adotadas medidas para dar a essas pessoas, maior sensação de segurança cada vez que precisar dos serviços prestados pela Polícia Militar do Estado de Goiás.

Além disso, é importante ressaltar que esta inovação de formação em LIBRAS, nos cursos de formação e aperfeiçoamento, é uma experiência que tem suas limitações, pois nem todos os policiais atuam como emancipadores e se comprometem com a proposta inclusiva, mas participam. A inserção deste ensino na formação e capacitação de policiais militares terá uma aderência importante, pois 86,1% acham importante inserir LIBRAS e 77,2% demonstraram interesse em aprender a língua.

No entanto, para se obter sucesso, o envolvimento e dedicação de todos é imprescindível, uma vez que a Polícia Militar, é uma instituição que já vem tradicionalmente formando seus policiais. A capacitação do policial militar é fundamental para a interação entre a sociedade e os portadores de deficiência auditiva.

A inclusão de LIBRAS no currículo da Polícia Militar do Estado de Goiás tornar-se-á uma importante ferramenta no atendimento de qualidade, levando a corporação a atender de forma universal às pessoas, sejam elas deficientes ou não. O conhecimento permitirá também a interação desses grupos vulneráveis como os surdos com os policiais de forma mais abrangente. Enfim, a proposta resultante desta pesquisa é o objetivo deste trabalho é, sugerir ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás a inclusão de LIBRAS nos currículos dos cursos de formação de forma contínua, para que não haja interrupção no processo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M.; PONTARA, M. Português: contexto, interlocução e sentido. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2013, volume 1.

AMARO, D. **Quase 10 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva**. Disponível em: <<http://edicaodobrasil.com.br/2017/06/08/quase-10-milhoes-de-brasileiros-possuem-deficiencia-auditiva/>>. Acesso em: abril, 2019.

Associação dos Surdos de Goiás Disponível em: <http://www.asgoiania.org.br/>. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial- **Deficiência auditiva** (org.) RINALDI, Giuseppe. et al. – Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL, Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005 Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

FERNANDES, S. Surdez e linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças? Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1998.

GILE, D. Mirror mirror on the wall: An introduction. **Target 7:1**, Amsterdam: John Benjamins, p. 1- 6, 1995.

KOZLOWSKY, Lorena. **A Educação bilíngüe-bicultural do surdo**. In: LACERDA, Cristina B. F.; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília. (org.) Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000. 84 – 102.

SKLIAR C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In C. Skliar (org.) **Educação e Exclusão**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 997/2004.

SKUTNABB-KANGAS, T. Linguistic Human Rights. A Prerequisite for Bilingualism. In I. Ahlgren & K. Hyltenstam (eds.) **Bilingualism in Deaf Education**. International Studies on Sign Language and Communication of the Deaf. Vol. 27. Hamburg: Signum-Verl, 1994. 139-159.

TJDFT. TJDFT investe em Libras e incentiva aprendizado. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/destaques/tjdft-investe-em-libras-para-promover-inclusao>>. Acesso em: abril, 2019.

TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1995.

WITKOSKI, S. A. EDUCAÇÃO DE SURDOS E PRECOCEITO - bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. 2011.

ANEXO I**A INCLUSÃO DO ENSINO DE LIBRAS NA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado "A Inclusão do Ensino de LIBRAS na Polícia Militar do Estado de Goiás, conduzido por Divino Ronigrei da Costa Gomes. Este estudo tem por objetivo geral apresentar um trabalho científico que melhore a comunicação entre policiais militares e pessoas com deficiência auditiva, sem causar prejuízos no curso de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás, proporcionado aos alunos o conhecimento da história da educação e cultura dos surdos e o ensinamento sobre a gramática da língua de sinais utilizando-a de forma estruturada. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidências e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar do presente Projeto de Pesquisa.

1. Confirma o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento?

() SIM

() NÃO

2. Já ouviu falar da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

() SIM

() NÃO

3. Você sabe se comunicar por meio de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

4. Você tem convivência com um(a) portador(a) de deficiência auditiva?

SIM

NÃO

5. Você já participou de abordagem policial militar a pessoa surda?

() SIM

() NÃO

6. Se sim, como ocorreu a comunicação?

Marque todas que se aplicam.

() Usando com facilidade a libras prevista no POP.

() Usando com dificuldades a libras prevista no POP.

☐ Não usou o POP.

☐ Não consegui me comunicar.

7. Se nunca abordou deficiente auditivo, você acha que consegue abordar em libras de acordo com o POP?

☐ SIM

☐ NÃO

8. Como você se avalia com relação a comunicação em libras de acordo com o POP?

Marque todas que se aplicam.

☐ Não sei aplicar.

☐ Sei, mas com muita dificuldade.

☐ Sei, com pouca dificuldade.

☐ Domino completamente e não tenho dificuldade de aplicar.

9. Sendo a LIBRAS a segunda língua oficial no Brasil, você acha necessário que a PM de Goiás invista no ensino desta nos cursos de formação e aperfeiçoamento?

☐ SIM

☐ NÃO

10. Você tem vontade e interesse de aprender a Libras?

☐ SIM

☐ NÃO